

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.**

*celebrado entre*

**RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.**

*como Emissora,*

*e*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

*como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas,*

*e outros,*

*como Fiadoras*

\_\_\_\_\_  
Datado de  
11 de novembro de 2015  
\_\_\_\_\_



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

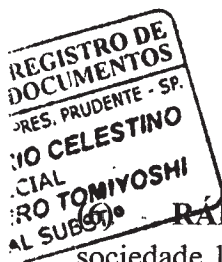
(1) **RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Radiantes, nº 13, Bairro Morumbi, CEP 05699-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.509.239/0001-13, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social (“Companhia” ou “Emissora”);

(2) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, Ala B, salas 302, 303 e 304, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”), representando os debenturistas da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Emissora (“Debenturistas”);

(3) **RÁDIO E TV PORTOVISÃO LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Delfino Riet, nº 183, CEP 90660-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.207.250/0001-14, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Portovisão”);

(4) **RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DA BAHIA LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Mãe Meninha do Gantois, nº 19A, CEP 40215-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.810.015/0001-67, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Band Bahia”);

(5) **RÁDIO E TELEVISÃO TAUBATÉ LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, na Avenida Charles Schneider, nº 1.700, lojas 89 à 93, Centro, CEP 12040-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.665.517/0001-26, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Band Taubaté”);



**RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA.,** sociedade limitada com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, nº 2221, CEP 30350-453, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.184.649/0001-02, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Band MG");

**(7) TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA.,** sociedade de responsabilidade limitada com sede na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, na Rua Alberto Artoni, nº 75, Jardim Santana, CEP 19045-720, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.609.973/0001-09, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Band PP");

**(8) RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO S.A.,** sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Álvaro Ramo, 350, Botafogo, CEP 22280-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.050.733/0001-90, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Band Rio");

**(9) ONE BRASIL MÍDIA INTERATIVA S.A.,** sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Carlos Cyrillo Júnior, 92, 3º andar, sala 1, Jardim Leonor, CEP 05614-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.948.537/0001-90, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("One Brasil");

**(10) PAGAMENTOS MÓVEIS S.A.,** sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Adibo Ares, 129, sala 4, Morumbi, CEP 05613-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.607.722/0001-98, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Pagamentos Móveis");

**(11) BAND INTERNATIONAL LTD.,** sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis da Ilhas Virgens Britânicas, com sede em Wickhams Cay, Citco Building, caixa postal 662, Road Town, Tortola, Ilhas Virgens Britânicas, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos ("Band International");

**(12) YELLOW-GREEN NETWORK LTD.,** sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis da Ilhas Virgens Britânicas, com sede em Wickhams Cay, Citco Building, caixa postal 662, Road Town, Tortola, Ilhas Virgens Britânicas, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos ("Yellow-Green");



**RÁDIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Conselheiro Antonio Prado, nº 565, sala 02, Arr. Nicolau Cerrone, CEP 13073-068, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.049.326/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Band Campinas");

**(14) RÁDIO BANDEIRANTES DE CAMPOS DO JORDÃO LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade de Campos do Jordão, Estado de São Paulo, na Rua Januário Miraglia, nº 912, salas 13 e 14, CEP 12.460-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.666.084/0001-95, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Band Campos");

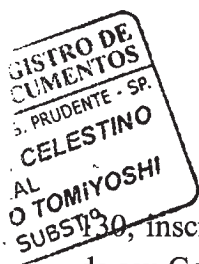
**(15) SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Mário Galvão, nº 463, salas 13 e 14, CEP 12209-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.194.503/0001-77, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Band São José");

**(16) KALUA COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Carlos Cirilo Fr. 92, 2º andar, sala 06, Jardim Leonor, CEP 05614-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.833.108/0001-65, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Kalua");

**(17) BAND OUTERNET S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tenente Negrão, 166, 7º andar, sala 03, Itaim Bibi, CEP 04530-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.848.192/0001-44, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Outernet");

**(18) RÁDIO STEREO FM LAGOA SANTA LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, na Rua Morro do Cruzeiro, nº 1656, CEP 30350-540, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.232.603/0001-02, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Lagoa Santa");

**(19) RÁDIO JORNAL DE SÃO PAULO LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Radiante, nº 13, Morumbi, CEP 05614-



inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.837.392/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Rádio Jornal de São Paulo”);

(20) **REDE 21 DE COMUNICAÇÕES S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Radiantes, nº 13, Morumbi, CEP 05699-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.832.528/0001-07, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Rede 21”);

(21) **BAURU RÁDIO CLUBE S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Nuno de Assis, nº 5-50, Centro, CEP 17010-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.008.745/0001-35, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Bauru Rádio” e, em conjunto com Portovisão, Band Bahia, Band Taubaté, Band MG, Band PP, Band Rio, One Brasil, Pagamentos Móveis, Band International, Yellow-Green, Band Campinas, Band Campos, Band São José, Kalua, Outernet, Lagoa Santa, Rádio Jornal de São Paulo e Rede 21, as “Fiadoras Pessoas Jurídicas”);

(22) **JOÃO CARLOS SAAD**, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 3.469.968 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 171.363.978-55, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Carlos Cyrillo Junior, 92, Jardim Leonor, CEP 05614-000 (“João Carlos”);

(23) **RICARDO DE BARROS SAAD**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 3.470.388 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 819.104.018-20, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Carlos Cyrillo Junior, 92, Jardim Leonor, CEP 05614-000 (“Ricardo”);

(24) **MARISA DE BARROS SAAD**, brasileira, solteira, veterinária, portadora da cédula de identidade RG nº 3.468.018-4 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 041.470.088-01, residente e domiciliada em São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Carlos Cyrillo Junior, 92, Jardim Leonor, CEP 05614-000 (“Marisa”);

(25) **MÁRCIA DE BARROS SAAD**, brasileira, casada, radialista, portadora da cédula de identidade RG nº 5.847.633 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 006.665.148-44,



residente e domiciliada em São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Carlos Cyrillo Junior, 92, Jardim Leonor, CEP 05614-000 (“Márcia”); e

(26) **MARIA LEONOR BARROS SAAD**, brasileira, divorciada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 3.468.008-1 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 193.889.188-00, residente e domiciliada em São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Carlos Cyrillo Junior, 92, Jardim Leonor, CEP 05614-000 (“Maria Leonor” e, em conjunto com João Carlos, Ricardo, Marisa e Márcia, os “Fiadores Pessoas Físicas”; As Fiadoras Pessoas Jurídicas quando em conjunto com os Fiadores Pessoas Físicas, serão referidas como as “Fiadoras”).

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e as Fiadoras doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”;

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.*” (“Escritura”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

Além de outras definidas nesta Escritura, as seguintes expressões terão o significado que lhes é atribuído a seguir (utilizadas no plural ou no singular):

- (i) “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos, feriados declarados nacionais;
- (ii) “Rede Bandeirantes” significa, em conjunto, a Emissora, as Fiadoras Pessoas Jurídicas e também toda e qualquer sociedade de cujo capital social a Emissora e/ou as Fiadoras (com relação a quaisquer atividades de mídia, incluindo, mas não se limitando, a rádio, televisão, jornais e revistas e mídia exterior) detenham ou venham a deter participação societária que represente, direta ou indiretamente, 95% (noventa e cinco por cento) ou mais de seu capital social, as quais devem ter suas demonstrações financeiras combinadas nos termos da Clausula 6.1., item (e).(ii) abaixo;



“(iii) “Sociedades dos Fiadores Pessoas Físicas” significa toda e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelos Fiadores Pessoas Físicas, e/ou por seus respectivos cônjuges, descendentes e/ou seus herdeiros e sucessores, excetuando-se as sociedades pertencentes à Rede Bandeirantes;

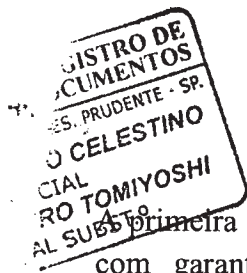
(iv) “Ativos Não Essenciais” significa, quando em conjunto, as participações societárias detidas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme o caso, em sociedades (a) que operem exclusivamente no setor de mídia exterior (*out of home*) e/ou mídia digital, e (b) que, em qualquer caso, não seja uma sociedade que tenha como um de seus objetos as atividades de (i) radiodifusão sonora (rádio) ou de sons e imagens (televisão); e/ou (ii) mídia impressa (jornais ou revistas); e

(v) “Intervenientes” significa qualquer das Sociedades dos Fiadores Pessoas Físicas que outorguem garantias reais em favor dos Debenturistas, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia (conforme abaixo definido).

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 11 de novembro de 2015 (“AGE da Companhia”), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Emissão (conforme definido abaixo), bem como seus termos e condições; (b) a aprovação das Garantias (conforme definido abaixo); e (c) a autorização à Diretoria e/ou a outros representantes legais com devidos poderes da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação da emissão das Debêntures e a constituição das Garantias a serem prestadas Emissora (conforme definido abaixo), bem como as condições constantes do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

1.2. As Garantias foram aprovadas pelos órgãos societários de cada uma das Fiadoras Pessoas Jurídicas, conforme aplicável.



## CLÁUSULA II REQUISITOS

primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor (“Instrução CVM 476”), nos termos desta Escritura (“Emissão” ou “Oferta”), será realizada com a observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. A ata da AGE da Companhia será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal Primeiramao (“Jornais de Publicação da Companhia”).

2.1.2. Os atos societários da Emissora e das Fiadoras Pessoas Jurídicas que, pela legislação aplicável, são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados em suas respectivas Juntas Comerciais e publicados nos respectivos jornais de publicação e Diários Oficiais Estaduais.

### 2.2. Arquivamento da Escritura na JUCESP e em Cartórios de Títulos e Documentos

2.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo esta Escritura ser apresentada pela Emissora para arquivamento em até 4 (quatro) Dias Úteis contados da presente data, sendo certo que, deverá ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário, 1 (uma) via original devidamente arquivada na JUCESP da Escritura e seus eventuais aditamentos, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do respectivo arquivamento.

2.2.2. A presente Escritura e seus eventuais aditamentos, em função da garantia fidejussória ora constituída, deverão ser protocolizados, em até 4 (quatro) Dias Úteis contados da presente data, nos seguintes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos: (i) da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, (ii) da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, (iii) da cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (iv) da



da cidade de Salvador, Estado da Bahia, (v) da cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, (vi) da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, (vii) da cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, (viii) da cidade de Campinas, Estado de São Paulo, (ix) da cidade de Campos do Jordão, Estado de São Paulo, (x) da cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, (xi) da cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais e (xii) da cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na forma prevista na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, sendo certo que deverá ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura e seus eventuais aditamentos, devidamente registrados nos cartórios supra mencionados, em até 2 (dois) Dias Úteis contados dos respectivos registros.

### **2.3. Dispensa de registro na CVM – Comissão de Valores Mobiliários**

2.3.1. A Emissão será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de valores mobiliários perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

### **2.4. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.4.1. A Emissão poderá ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do Parágrafo 1º, inciso I, e do Parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, condicionado a expedição de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação, até o envio do comunicado de encerramento da oferta.

### **2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**

2.5.1. As Debêntures serão depositadas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”); e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.5.2 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

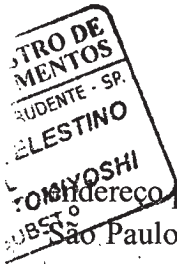


2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por Investidor Profissional (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações disposta no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Para fins desta Escritura consideram-se (i) “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539”); e (ii) “Investidores Profissionais” aqueles investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM 539, sendo certo que nos termos do artigo 9º-C da Instrução da CVM 539, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

## 2.6. Registro dos Contratos de Garantia

2.6.1. Os Contratos de Garantia, conforme listados e definidos na Cláusula 2.6.2 abaixo, serão registrados nos competentes (a) cartórios de registro de imóveis (“Cartórios de Registro de Imóveis”); e (b) cartórios de registro de títulos e documentos (“Cartórios de Registro de Títulos e Documentos”, e, quando em conjunto com os Cartórios de Registro de Imóveis, “Cartórios”), e averbados no livro de registro de ações nominativas da (i) Metro Publicações do Brasil S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, 1585, 1º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.782.838/0001-23 (“Metro”) (no caso da alienação fiduciária das ações do Metro) e (ii) Rede 21 (no caso da alienação fiduciária das ações da Rede 21), conforme aplicável e de acordo com o disposto em cada um dos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo).

2.6.2. Para fins da constituição das Garantias (conforme definido abaixo), serão celebrados os seguintes instrumentos (quando em conjunto, os “Contratos de Garantia”): (i) Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, a ser celebrado entre a Metro Publicações do Brasil S.A., Agente Fiduciário, Emissora e Letras (conforme abaixo definida), (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações do Metro”); (ii) Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, a ser celebrado entre Paulo Saad Jafet, brasileiro, casado, publicitário, portador da cédula de identidade RG nº 3.476.521, inscrito no CPF/MF sob o nº 610.322.558-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com



Endereço profissional na Rua Carlos Cyrillo Jr., 92, 4º andar, Jardim Leonor, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, José Carlos Anguita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 5.874.783, inscrito no CPF/MF sob o nº 305.723.808-44, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Carlos Cyrillo Jr., 92, 4 andar, Jardim Leonor, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Agente Fiduciário, Emissora e Rede 21 (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Rede 21”); (iii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Administração de Contas”), a ser celebrado entre a Emissora, Agente Fiduciário e Banco Depositário, que poderá ser posteriormente aditado para somente incluir como novos cedentes de recebíveis (e respeitada a natureza dos recebíveis permitidos nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Administração de Contas), as Fiadoras Pessoas Jurídicas, com exceção da Band International e Yellow-Green, sem necessidade de aprovação pelos Debenturistas, para a referida inclusão de novos garantidores, observado para tanto, os termos e condições previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Administração de Contas; e (iv) contratos de alienação fiduciária de imóveis a serem celebrados substancialmente na forma do modelo anexo (Anexo I) a presente Escritura entre as Outorgantes das Aliações Fiduciárias de Imóveis (conforme abaixo definido), o Agente Fiduciário e Emissora (“Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis”).

### CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

#### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social (a) realizar a instalação, execução e exploração de serviço de radiodifusão sonora (rádio) ou de sons e imagens (televisão), assim como todas as atividades vinculadas à multimídia envolvendo conexões com a ciência da informática, da telemática e da robótica destinadas ao conhecimento, informação, entretenimento, criando, produzindo e distribuindo conteúdos de toda natureza e gênero nas suas diversas plataformas; (b) viabilizar todos os meios indispensáveis para a realização negocial, industrial e comercial do objeto social, incluindo-se as operações de importação e exportação de bens, produtos e serviços; e (c) transportar e distribuir, utilizando diferentes tecnologias, canais de TV e Rádio por assinatura.



### **Destinação dos Recursos**

3.2.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures será destinada, na medida em que liberados à Emissora, (i) prioritariamente, ao pagamento de dívidas de curto prazo da Emissora e/ou da Rede 21, no valor aproximado de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e (ii) reforço de capital de giro da Emissora.

### **3.3. Número da Emissão**

3.3.1. A presente Escritura representa a 1ª (Primeira) emissão de Debêntures, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Emissora.

### **3.4. Valor Total da Emissão**

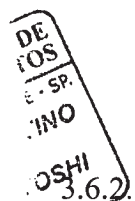
3.4.1. O valor total da Emissão será de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor da Oferta").

### **3.5. Número de Séries**

3.5.1. A Emissão será realizada em uma única série.

### **3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição**

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais atos normativos aplicáveis, sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos do "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, Sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.*" ("Contrato de Distribuição"), com intermediação de instituições financeiras contratadas pela Emissora para atuar na estruturação e coordenação da Oferta ("Coordenador Líder", quando se referir a instituição líder do sindicato de bancos, "Coordenador", quando considerado as demais instituições financeiras e, os "Coordenadores", quando considerados todos em conjunto) e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM 476.



3.6.2. No âmbito da Oferta Pública Restrita somente será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais; (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.6.3. Poderá ser aceita a participação de Investidores Profissionais que sejam Pessoas Vinculadas (conforme abaixo definido) no âmbito da Oferta Pública Restrita e da distribuição das Debêntures, observado que, caso seja verificado excesso de demanda em até 1/3 (um terço) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertadas, a colocação de Debêntures à Investidores Profissionais que sejam Pessoas Vinculadas (conforme abaixo definido) deverá respeitar a alocação máxima de 20% (vinte por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas, sem prejuízo do disposto abaixo.

3.6.4. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação de Debêntures a Investidores Profissionais que sejam Pessoas Vinculadas (conforme abaixo definido), sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Profissionais que sejam Pessoas Vinculadas (conforme abaixo definido) automaticamente canceladas.

3.6.4.1. Para os fins da presente Oferta, consideram-se “Pessoas Vinculadas” à Oferta os investidores que sejam: (i) Fiadores; (ii) administradores e/ou controladores da Emissora e/ou das Fiadoras Pessoas Jurídicas; (iii) administradores e/ou controladores dos Coordenadores ou de quaisquer outras instituições participantes da Oferta; (iv) outras pessoas vinculadas à Oferta; e (v) cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais, até o segundo grau, das pessoas indicadas nos itens (i) a (iv) acima (“Pessoas Vinculadas”).

3.6.4.2. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Profissional e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Pública Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de envio de informações para base dados, na forma do item 2.4.1 acima; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e na Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à qualidade e riscos das Debêntures, capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias.

3.6.5. A Emissora e os Coordenadores não realizarão a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços



públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.6. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

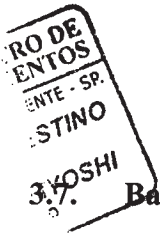
3.6.7. O Plano de Distribuição elaborado pelos Coordenadores levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos estabelecidos no Contrato de Distribuição.

3.6.8. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Profissionais apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 e na presente Escritura.

3.6.9. Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez; (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, e (iii) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

3.6.10. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.6.11. Não será admitida distribuição parcial das Debêntures. A realização da Oferta Pública Restrita está condicionada à quantidade de 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures subscritas e integralizadas, observado que as Debêntures podem ser subscritas e integralizadas pelos Investidores Profissionais com ágio e/ou desconto na subscrição, conforme permitido pela legislação aplicável.



### **Banco Liquidante e Escriturador**

3.7.1. O banco liquidante e o escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado “Cidade de Deus” s/nº, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 60.746.948/0001-12 (“Banco Liquidante” e “Escriturador”), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador.

### **3.8. Classificação de Risco**

3.8.1. Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a Standard and Poors Ratings do Brasil Ltda. (“Agência de Classificação de Risco” ou “Standard and Poors”), a qual poderá, a qualquer momento, ser substituída pelas seguintes agências: Fitch Ratings Brasil Ltda. (“Fitch”) ou Moody’s América Latina Ltda. (“Moody’s”), a exclusivo critério da Emissora, sem a necessidade de aditamento e/ou aprovação pelos titulares das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.1, item (r), desta Escritura.

## **CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Valor Nominal Unitário**

4.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Valor Nominal Unitário”) e não será atualizado monetariamente.

### **4.2. Quantidade de Debêntures**

4.2.1. Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures.

### **4.3. Data de Emissão**

4.3.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 11 de novembro de 2015 (“Data de Emissão”).

### **4.4. Prazo e Data de Vencimento**



4.4.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de novembro de 2022 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo) e de Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo). Na Data de Vencimento ou nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório e de Vencimento Antecipado, a Emissora obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), nos termos da Cláusula 4.8. abaixo.

#### **4.5. Forma e comprovação de titularidade**

4.5.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados representativos das Debêntures.

4.5.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato expedido em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### **4.6. Conversibilidade**

4.6.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### **4.7. Espécie**

4.7.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e contarão, ainda, com garantia adicional fidejussória.

#### **4.8. Remuneração das Debêntures**

4.8.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “*over extragrupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa”

SP.  
O  
SHI

DI), acrescida exponencialmente de um *spread* ou sobretaxa de 6,0% (seis por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Sobretaxa” e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) de cada Debênture, desde a Data de Integralização (conforme abaixo definido), ou a data do pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data de pagamento imediatamente posterior ou efetivo pagamento final das Debêntures, o que ocorrer primeiro, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator\ de\ Juros - 1)$$

Sendo que:

“J” = valor unitário da Remuneração das Debêntures devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“VNe” = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme aplicável, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator Juros” = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator\ Juros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

“FatorDI” = produtório das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator\ DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

Sendo que:



“k” = número de ordem das Taxas DI, variando e 1 até n;

“n” = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização das Debêntures, sendo “n” um número inteiro; e

“TDI<sub>k</sub>” = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

“DI<sub>k</sub>” = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“Fator Spread” = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

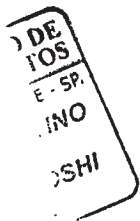
Sendo que:

“spread” = 6,0000 (seis inteiros);

“DP”: número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro.

Observado, ainda:

(a) “Período de Capitalização”: Define-se como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização (conforme abaixo definido), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração

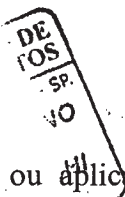


imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a data de Vencimento;

- (b) O fator resultante da expressão  $(1 + TDik)$  deve ser considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDik)$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (d) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.8.2. Observado o disposto na Cláusula 4.8.3 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de “TDIk”, a última Taxa DI divulgada oficialmente pela CETIP até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

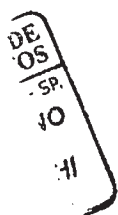
4.8.3. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação (“Período de Ausência da Taxa DI”) ou, ainda, no caso de sua extinção ou de impossibilidade de aplicação por imposição ou limitação legal ou determinação judicial de aplicação da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do término do Período de Ausência da Taxa DI ou da data de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”), no modo e prazos estipulados nesta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures (“Remuneração Substitutiva”). Até o momento da definição



ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada para apuração de "TDI", a última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Emissora ou caso não haja quórum para a deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures: (i) no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ou (ii) em outro prazo, a ser definido a exclusivo critério dos Debenturistas na referida assembleia, desde que superior a 30 (trinta) dias e limitado à Data de Vencimento das Debêntures, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior e, em ambos os casos, será utilizada a última Taxa DI conhecida. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora.

4.8.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas e não haja qualquer vedação legal quanto a sua utilização, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, permanecendo a ser utilizada a última Taxa DI conhecida anteriormente até data de tal divulgação.

4.8.5. Para os fins desta Escritura, inclusive para os fins de deliberação, consideram-se "Debêntures em Circulação", todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou de titularidade de sociedades (ii.a) controladas e/ou coligadas (diretas ou indiretas) da Emissora e/ou das Fiadoras e/ou de qualquer das Sociedades dos Fiadores Pessoas Físicas, (ii.b) controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum e/ou integrantes do mesmo grupo da Emissora e/ou das Fiadoras e/ou de qualquer das Sociedades dos Fiadores Pessoas Físicas, e (iii) aquelas detidas por acionistas controladores, diretores e/ou membros do conselho de administração e/ou administradores da Emissora e/ou das Fiadoras Pessoas Jurídica e/ou de qualquer das Sociedades dos Fiadores Pessoas Físicas, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas. Para efeitos de *quorum* de deliberação, não serão computados, ainda, os votos em branco.



4.8.6. Farão jus ao recebimento da Remuneração das Debêntures aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento da Remuneração das Debêntures. O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito pela Emissora aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos da CETIP.

#### 4.9. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 26 (vinte e seis) parcelas trimestrais consecutivas, nos percentuais e datas abaixo indicados, ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), ou de Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo), previstas, respectivamente, nas Cláusulas 5.1, 4.12 e 4.14 abaixo, a contar da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 11 de agosto de 2016 e o último na Data de Vencimento, nos percentuais e de acordo com o seguinte cronograma de pagamento:

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
1	11/08/2016	3,8500%
2	11/11/2016	3,8500%
3	11/02/2017	3,8500%
4	11/05/2017	3,8500%
5	11/08/2017	3,8500%
6	11/11/2017	3,8500%
7	11/02/2018	3,8500%
8	11/05/2018	3,8500%
9	11/08/2018	3,8500%
10	11/11/2018	3,8500%
11	11/02/2019	3,8500%
12	11/05/2019	3,8500%
13	11/08/2019	3,8500%
14	11/11/2019	3,8500%
15	11/02/2020	3,8500%
16	11/05/2020	3,8500%
17	11/08/2020	3,8500%
18	11/11/2020	3,8500%
19	11/02/2021	3,8500%

DE  
S  
SP  
O  
H

20	11/05/2021	3,8500%
21	11/08/2021	3,8500%
22	11/11/2021	3,8500%
23	11/02/2022	3,8500%
24	11/05/2022	3,8500%
25	11/08/2022	3,8500%
26	Data de Vencimento	saldo do Valor Nominal Unitário

#### 4.10. Periodicidade do Pagamento da Remuneração

4.10.1. O pagamento da Remuneração das Debêntures será realizado trimestralmente, em parcelas consecutivas, sempre no dia 11 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 11 de fevereiro de 2016 e o último na Data de Vencimento (cada uma, uma “Data de Pagamento de Remuneração”), ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), ou de Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo), previstas, respectivamente, nas Cláusulas 5.1, 4.12 e 4.14 abaixo.

#### 4.11. Prazo e Formas de Subscrição e Integralização das Debêntures

4.11.1. As Debêntures serão subscritas no mercado primário, em uma única data, com ágio ou deságio sobre o Valor Nominal Unitário, conforme venha a ser definido pela Emissora e pelos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição (“Preço de Subscrição”).

4.11.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, dentro do prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Distribuição e assim informado, observado o disposto no artigo 7-A da Instrução CVM 476, em moeda corrente nacional, pelo seu Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que todas as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data. A data em que ocorrer a integralização das Debêntures será denominada “Data de Integralização”.

4.11.3. Os recursos captados com a distribuição das Debêntures serão depositados pelos Coordenadores, na Data de Integralização, da seguinte forma: (i) uma parcela dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures, em montante equivalente à Reserva do Serviço da Dívida (conforme abaixo definido), será depositada na Conta Reserva (conforme abaixo definida), nos termos da Cláusula 4.27.2 abaixo; (ii) a parcela de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões) dos recursos obtidos por meio da emissão das

ml



Debêntures será depositada na conta vinculada de nº 700439-6, na agência 0001, junto ao DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO, instituição financeira constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3900, 13º a 15º andares, inscrita no CNPJ sob nº 62.331.228/0001-11 (“Banco Depositário”) (Banco nº 487), de titularidade da Emissora, movimentada, única e exclusivamente, pelo Banco Depositário (conforme definido abaixo), conforme instruções recebidas do Agente Fiduciário nesse sentido, cedida fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas (“Conta Vinculada de Alienação Fiduciária dos Imóveis”); e (iii) os demais recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão depositados em conta corrente de livre movimentação da Emissora.

4.11.4. Sem prejuízo dos prazos e condições dispostas na Cláusula 5.1., itens (kk), (ll) e (mm) abaixo, qualquer liberação dos recursos depositados na Conta Vinculada de Alienação Fiduciária dos Imóveis à Emissora ocorrerá proporcionalmente à medida em que cada uma das Alienações Fiduciárias de Imóveis (conforme abaixo definido) dos imóveis listados no Anexo III à presente Escritura sejam plenamente constituídas e formalizadas pela Emissora, com o devido registro nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes e envio ao Agente Fiduciário da via original do referido contrato devidamente registrado e de cópia da matrícula atualizada de cada um dos referidos Imóveis, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, indicando a Outorgante das Alienações Fiduciárias de Imóveis (conforme abaixo definido) como única proprietária do imóvel e que referido imóvel encontra-se livre e desembaraçado de quaisquer penhoras, ônus, gravames, constringências, exceto pela alienação fiduciária em benefício dos Debenturistas. Para os fins do disposto nesta Cláusula, o valor a ser liberado da Conta Vinculada de Alienação Fiduciária dos Imóveis mediante a constituição de cada uma das Alienações Fiduciárias de Imóveis nos termos aqui dispostos deverá ser equivalente o valor do respectivo imóvel expressamente indicado no Anexo III à presente Escritura.

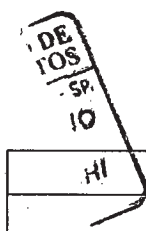
4.11.5. A liberação dos recursos depositados na Conta Reserva à Emissora ocorrerá quando adimplidas todas as obrigações contidas nesta Escritura de Emissão. As demais condições de movimentação da Conta Reserva e da Conta Vinculada de Alienação Fiduciária dos Imóveis estão previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Administração de Contas.

#### **4.12. Resgate Antecipado Facultativo Total**

4.12.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, em cada Data de Pagamento de Remuneração abaixo, o resgate antecipado facultativo da totalidade (e somente da totalidade) das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”).

4.12.2. O Resgate Antecipado Facultativo será realizado pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido: (i) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data do último pagamento efetivo da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo; (ii) de Encargos Moratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate; e (iii) de um prêmio *flat*, calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo (não incidindo tal prêmio sobre a Remuneração), conforme detalhado na tabela abaixo (“Prêmio de Resgate Antecipado”):

Data de Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio de Resgate Antecipado
11/11/2016	18,00%
11/02/2017	17,25%
11/05/2017	16,50%
11/08/2017	15,75%
11/11/2017	15,00%
11/02/2018	14,25%
11/05/2018	13,50%
11/08/2018	12,75%
11/11/2018	8,00%
11/02/2019	7,50%
11/05/2019	7,00%
11/08/2019	6,50%
11/11/2019	3,00%
11/02/2020	2,75%
11/05/2020	2,50%
11/08/2020	2,25%
11/11/2020	2,00%
11/02/2021	1,75%
11/05/2021	1,50%
11/08/2021	1,25%
11/11/2021	1,00%
11/02/2022	0,75%



HI	11/05/2022	0,50%
	11/08/2022	0,25%

4.12.3. O Resgate Antecipado Facultativo deverá ocorrer mediante aviso, pela Emissora, aos titulares das Debêntures, bem como do envio de comunicação ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da respectiva data do evento de resgate, conforme os procedimentos operacionais da CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou, conforme o caso, do Banco Liquidante.


4.12.4. O aviso de Resgate Antecipado Facultativo aos titulares das Debêntures deverá ser publicado pela Emissora nos Jornais de Publicação da Companhia e disponibilizado na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet (<http://www.band.uol.com.br/investor/>), na forma da Cláusula 4.22 abaixo, e deverá conter: (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) o valor estimado do pagamento devido aos Debenturistas, incluindo o valor do Prêmio de Resgate Antecipado; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização e efetivação do Resgate Antecipado Facultativo.

4.12.5. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo deverão ser canceladas pela Emissora, observada as disposições da regulamentação aplicável.

4.12.6. Após a publicação de aviso aos Debenturistas realizada pela Emissora sobre a realização do Resgate Antecipado Facultativo, nos termos da Cláusula 4.12.4 acima, a Emissora não poderá alterar a data do Resgate Antecipado Facultativo informada na referida comunicação sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas, sob pena de incorrer no Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) de que trata o item (ff) da Cláusula 5.1 abaixo.


#### **4.13. Amortização Extraordinária Facultativa Parcial**

4.13.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, observado o montante mínimo de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) de Valor Nominal Unitário a ser amortizado (“Montante Mínimo de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial”) para cada evento de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, promover amortizações parciais extraordinárias sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário) da totalidade das

 Debêntures (“Amortização Extraordinária Facultativa Parcial”) em cada Data de Pagamento de Remuneração abaixo listada.

4.13.2. A Amortização Extraordinária Facultativa Parcial será realizada mediante o pagamento de uma parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido: (i) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data do último pagamento efetivo da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial; (ii) de Encargos Moratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data da efetiva amortização, conforme aplicável; e (iii) de um prêmio *flat*, calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial (não incidindo tal prêmio sobre a Remuneração), observado o Montante Mínimo de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, conforme detalhado na tabela abaixo (“Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial”):

<b>Data da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial</b>	<b>Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial</b>
11/11/2016	18,00%
11/02/2017	17,25%
11/05/2017	16,50%
11/08/2017	15,75%
11/11/2017	15,00%
11/02/2018	14,25%
11/05/2018	13,50%
11/08/2018	12,75%
11/11/2018	8,00%
11/02/2019	7,50%
11/05/2019	7,00%
11/08/2019	6,50%
11/11/2019	3,00%
11/02/2020	2,75%
11/05/2020	2,50%
11/08/2020	2,25%
11/11/2020	2,00%
11/02/2021	1,75%
11/05/2021	1,50%



11/08/2021	1,25%
11/11/2021	1,00%
11/02/2022	0,75%
11/05/2022	0,50%
11/08/2022	0,25%

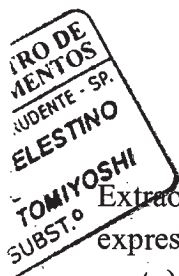
4.13.3. O pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta Cláusula, na data indicada na notificação enviada pela Emissora, nos termos da Cláusula 4.13.4 abaixo, e deverá abranger todas as Debêntures, utilizando-se os procedimentos operacionais da CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, ou, conforme o caso, do Banco Liquidante, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP21.

4.13.3.1. A realização da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, e deverá obedecer ao limite máximo de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso).

4.13.4. A Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures pela Emissora deverá ser precedida de publicação de aviso aos Debenturistas, bem como do envio de comunicação ao Agente Fiduciário, à CETIP, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da respectiva data prevista para a efetiva realização da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial pela Emissora.

4.13.5. O aviso de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial aos Debenturistas deverá ser publicado pela Emissora nos Jornais de Publicação da Companhia e disponibilizado na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet (<http://www.band.uol.com.br/investor/>), na forma da Cláusula 4.22 abaixo, e deverá conter: (i) a data da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial; (ii) o valor estimado do pagamento devido aos Debenturistas, incluindo o valor do Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização e efetivação da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial.

4.13.6. Após a publicação de aviso aos Debenturistas realizada pela Emissora sobre a realização da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.13.5 acima, a Emissora não poderá alterar a data da Amortização



Extraordinária Facultativa Parcial informada na referida comunicação sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sob pena de incorrer no Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) de que trata o item (gg) da Cláusula 5.1 abaixo.

#### **4.14. Resgate Antecipado Obrigatório Total**

4.14.1. Na ocorrência de qualquer alteração na legislação aplicável que torne ou venha a tornar o cumprimento das obrigações das Partes previstas nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia ilegal ou que afete a exequibilidade desta Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, a Emissora obriga-se a resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Obrigatório”), mediante o pagamento (i) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório; e (ii) de eventuais Encargos Moratórios e outros encargos devidos e não pagos incidentes nos termos desta Escritura.

4.14.1.1. Na hipótese do Resgate Antecipado Obrigatório, a Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado Obrigatório da totalidade Debêntures no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de ocorrência da hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório de que trata o item 4.14.1 acima.

4.14.1.2. O Resgate Antecipado Obrigatório deverá ser comunicado pela Emissora, por meio de publicação de aviso aos Debenturistas publicado pela Emissora nos Jornais de Publicação da Companhia e disponibilizado na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet (<http://www.band.uol.com.br/investor/>), na forma da Cláusula 4.22 abaixo, bem como por envio de comunicação ao Agente Fiduciário e para a CETIP, em cada caso com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Obrigatório, informando a data de ocorrência da hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório e de realização efetiva do Resgate Antecipado Obrigatório e qualquer outra informação relevante aos Debenturistas, sob pena de declaração de vencimento antecipado das Debêntures e consequente excussão das Garantias.

4.14.1.3. O Resgate Antecipado Obrigatório deverá ocorrer conforme os procedimentos operacionais da CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou, conforme o caso, do Banco Liquidante.



O aviso de Resgate Antecipado Obrigatório deverá conter: (i) a data do Resgate Antecipado Obrigatório; (ii) o valor estimado do pagamento devido aos Debenturistas, incluindo o valor do Prêmio de Resgate Antecipado; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização e efetivação do Resgate Antecipado Obrigatório.

4.14.1.5. Após a publicação de aviso aos Debenturistas realizada pela Emissora sobre a realização do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos da Cláusula 4.13.1.2. acima, a Emissora não poderá alterar a data do Resgate Antecipado Obrigatório indicada na referida comunicação sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

4.14.1.6. Fica estabelecido que, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Obrigatório deverá ocorrer conforme as normas e procedimentos adotados pela CETIP.

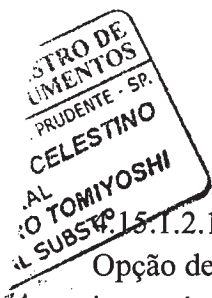
4.14.1.7. Uma vez realizado o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, todas as Debêntures resgatadas deverão ser canceladas pela Emissora, observada as disposições da regulamentação em vigor.

#### **4.15. Opção de Venda**

4.15.1. A Emissora, por meio desta Escritura, confere aos titulares das Debêntures, de forma irrevogável e irretroatável, a opção de venda das Debêntures, obrigando-se a adquirir as Debêntures nos termos e condições desta Cláusula 4.15.

4.15.1.1. A Emissora obriga-se a adquirir em 11 de novembro de 2020 as Debêntures dos Debenturistas que, à exclusiva opção destes, exercerem seu direito de vender as Debêntures de sua titularidade na forma deste item ("Opção de Venda") até a Data de Exercício da Opção de Venda (conforme abaixo definida).

4.15.1.2. Os Debenturistas que desejarem exercer a Opção de Venda deverão se manifestar entre a 11 de novembro de 2018 e 11 de novembro de 2019 ("Data de Exercício da Opção de Venda"), por meio da CETIP, a opção de venda de suas Debêntures à Emissora.



4.15.1.2.1. Para todos os fins desta Escritura, o exercício, pelos Debenturistas, de sua Opção de Venda das Debêntures, de que trata a Cláusula 4.15.1.2 acima, será irrevogável e irretratável para todos os fins e efeitos.

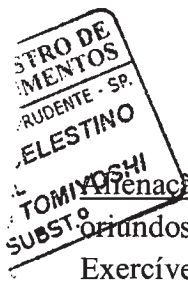
4.15.1.3. A Emissora deverá, ao menos 1 (um) mês antes do início da Data de Exercício da Opção de Venda, publicar nos Jornais de Publicação da Companhia e disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores – internet (<http://www.band.uol.com.br/investor/>), na forma da Cláusula 4.22 abaixo, aviso aos Debenturistas informando-os acerca da proximidade da Data de Exercício da Opção de Venda, sob pena de incorrer no Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) de que trata o item (gg) da Cláusula 5.1 abaixo.

4.15.1.4. A aquisição das Debêntures, na forma deste item, será efetuada pelo Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da data do último pagamento de juros, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sem incidência de prêmio, observados os prazos mínimos previstos em lei.

4.15.1.5. As Debêntures adquiridas pela Emissora em decorrência do exercício da Opção de Venda poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

#### **4.16. Opção de Venda - Alienação de Ativos**

4.16.1. No caso de alienação, direta ou indireta, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por quaisquer de suas respectivas controladas (sendo certo que, no caso dos Fiadores Pessoas Físicas, o aqui disposto só se aplica a controladas que atuam no setor de mídia), de: (i) quaisquer bens de seus respectivos ativos imobilizados; e/ou (ii) de quaisquer participações societárias de que sejam titulares (exceto no que se refere a participações minoritárias detidas pelos Fiadores Pessoas Físicas), por meio de uma ou mais operações, em valor, individual ou agregado (considerado isoladamente em relação à cada sociedade), em cada uma das hipóteses (i) e (ii) retro, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (“Alienação de Ativos”), sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas ou condicionada à prévia e expressa anuência dos Debenturistas no caso de venda abaixo do Valor de Mercado (conforme previsto na Cláusula 4.16.1.3), a Emissora obriga-se a adquirir as Debêntures dos Debenturistas que, à sua exclusiva opção, exercerem sua opção de venda das Debêntures de que forem titulares, na forma deste item e de acordo com as proporções estabelecidas na Cláusula 4.16.2 abaixo (“Opção de Venda Exercível por”).

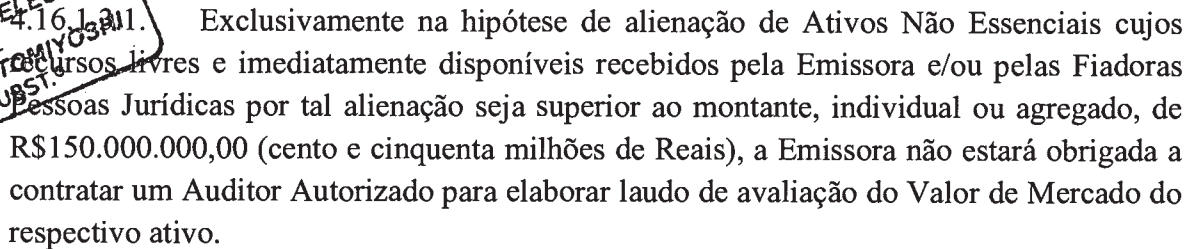


Alienação de Ativos”), em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento dos recursos oriundos da respectiva Alienação de Ativos ou da Data de Exercício da Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos (conforme definido na Cláusula 4.16.4 abaixo), o que ocorrer por último.

4.16.1.1. Para fins da presente Cláusula, (i) não será considerada uma Alienação de Ativos uma alienação de participações societárias das Fiadoras Pessoas Físicas nas Sociedades dos Fiadores Pessoas Físicas (e, portanto, desde já permitidas nos termos desta Escritura); e (ii) será considerada também uma Alienação de Ativos (e, portanto, incluída no limite acima de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)) qualquer alienação, direta ou indireta, de participação societária detida pelos Fiadores Pessoas Físicas nas seguintes sociedades: Sompur São Paulo Radiodifusão Ltda., Planalto FM Stereo Som S.A., Rádio e Televisão Rio Negro Ltda. e Televisão Bandeirantes do Paraná Ltda.

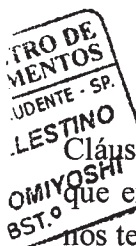
4.16.1.2. Na hipótese dos recursos oriundos da Alienação de Ativos serem inferiores ao montante necessário para aquisição da totalidade das Debêntures de todos os Debenturistas que tiverem exercido a Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos, a Emissora deverá adquirir Debêntures objeto da Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos de forma *pro rata* à quantidade de Debêntures objeto do exercício da respectiva Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos por cada Debenturista, nos termos desta Cláusula 4.16, sempre se arredondando o número de Debêntures a serem adquiridas para o número inteiro mais próximo.

4.16.1.3. A Emissora obriga-se a contratar um dos seguintes auditores: Ernst & Young Auditores Independentes S/C, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Price WaterhouseCoopers Auditores Independentes e KPMG Auditores Independentes ou seus sucessores, conforme aplicável (em conjunto, os “Auditores Autorizados”), para a elaboração de laudo de avaliação do valor de mercado do respectivo ativo e/ou participação societária que será alienado (o “Valor de Mercado”), devendo a venda ser feita a, ao menos, o Valor de Mercado. A venda de ativo ou participação societária em valor abaixo do Valor de Mercado somente poderá ser contratada sob condição suspensiva de aprovação de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para tal fim, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sob pena de declaração de vencimento antecipado das Debêntures. No caso dos imóveis que serão alienados fiduciariamente nos termos desta Escritura e listados no Anexo III, o Valor de Mercado de tais ativos será considerado o valor indicado na última avaliação disponível, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia.



4.16.2. O exercício, pelos Debenturistas, da Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos e a consequente aquisição de tais Debêntures pela Emissora deverá observar que: **(i)** caso o ativo imobilizado ou participação societária objeto da respectiva alienação esteja onerado em razão de garantia constituída no âmbito desta Escritura e das Debêntures, conforme listados na Cláusula 4.25 abaixo, os recursos resultantes da alienação deverão ser integralmente aplicados pela Emissora na aquisição das Debêntures dos Debenturistas que exercerem sua Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos, manifestando-se nos termos da Cláusula 4.16.4 abaixo e observado o disposto na Cláusula 4.16.1.2 acima; **(ii)** caso o ativo imobilizado ou participação societária objeto da respectiva alienação já esteja onerado em razão de garantia constituída no âmbito de um endividamento específico (que não as Debêntures) da Emissora e/ou das Fiadoras Pessoas Jurídicas, o pagamento de tal endividamento garantido pelo referido ativo deverá ser realizado de forma prioritária à aquisição das Debêntures, aplicando-se os recursos remanescentes, se houver, na aquisição das Debêntures dos Debenturistas que exercerem sua Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos, manifestando-se nos termos da Cláusula 4.16.4 abaixo e observado o disposto na Cláusula 4.16.1.2 acima; ou, ainda, **(iii)** caso o ativo imobilizado ou participação societária objeto da respectiva alienação esteja livre e desimpedido de qualquer ônus ou gravame, um montante dos recursos resultantes da alienação de tal ativo imobilizado ou participação societária, proporcional ao saldo devedor total das Debêntures em relação à Dívida Bruta total, conforme verificado nas últimas Informações Financeiras Combinadas Anuais da Rede Bandeirantes, divulgadas nos termos do item (e)(ii) da

32



Cláusula 6.1 abaixo, deverá ser utilizado na aquisição das Debêntures dos Debenturistas que exercerem sua Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos, manifestando-se nos termos da Cláusula 4.16.4 abaixo e observado o disposto na Cláusula 4.16.1.2 acima.

4.16.2.1. Na hipótese de ocorrência do evento de que trata o item (iii) da Cláusula acima antes da divulgação das Informações Financeiras Combinadas Anuais da Rede Bandeirantes referentes ao exercício social de 2015, a proporção atribuída ao saldo devedor total das Debêntures será, nesta hipótese, de 40% (quarenta por cento) da Dívida Bruta total da Rede Bandeirantes.

4.16.2.2. Como condição para que seja realizada uma Alienação de Ativos, deverá ser estipulado na contratação da respectiva alienação que todo e qualquer recurso oriundo da Alienação de Ativos (limitados aos valores previstos na Cláusula 4.16.2 acima) deverá ser depositado diretamente pelo comprador do ativo na conta vinculada de nº 700431-4, na agência 0001, junto ao Banco Depositário (Banco nº 487), de titularidade da Emissora ("Conta Vinculada – Alienação de Ativos e Indenização de Seguros"), cedida fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Administração de Contas, observado que a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário para que este instrua o Banco Depositário a transferir os recursos para a conta do Banco Mandatário para aquisição das Debêntures e realização dos pagamentos previstos nos termos desta Cláusula.

4.16.2.3. O comprador do respectivo ativo alienado deverá proceder ao depósito do preço de aquisição de referido ativo (limitados aos valores previstos na Cláusula 4.16.2 acima), conforme mencionado na Cláusula 4.16.2.2 acima, previamente à liberação de qualquer ônus constituído sobre o ativo que seja objeto de Garantia no âmbito da Emissão e das Debêntures, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia. O Agente Fiduciário deverá tomar todas as medidas e praticar todos os atos necessários para realizar a liberação do ônus constituído sobre o respectivo ativo em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da solicitação da Emissora, em virtude do efetivo pagamento efetuado pela Emissora aos Debenturistas que tiverem exercido sua opção de venda das Debêntures de que forem titulares, nos termos desta Cláusula, que deverá observar os prazos previstos na Cláusula 4.16.5 abaixo.

4.16.3. A Emissora obriga-se a comunicar individualmente os Debenturistas (com cópia para o Agente Fiduciário e a CETIP) que, até o último Dia Útil antes da contratação de tal Alienação de Ativos forem titulares de Debêntures, conforme demonstrado na posição de custódia emitida pela CETIP ou pelo Escriturador a pedido da Companhia, conforme o



através do envio de comunicação por escrito pelos correios com “aviso de recebimento” ou através de comunicação expedida por cartório e entregue sob protocolo, sobre qualquer Alienação de Ativos em até 3 (três) Dias Úteis após a celebração da contratação da respectiva alienação, bem como enviar ao Agente Fiduciário e colocar à disposição aos Debenturistas em sua página na internet, todos os documentos relativos a tal alienação, incluindo o respectivo laudo de avaliação com indicação do Valor de Mercado (exceto em relação à alienação de Ativos Não Essenciais).

4.16.4. Os Debenturistas que desejarem exercer a Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos, de todas ou parte de suas Debêntures, deverão manifestar o exercício da opção de venda de suas Debêntures por meio da CETIP, à Emissora em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento de comunicação enviada pela Emissora, sobre a respectiva contratação da alienação, nos termos da Cláusula 4.16.3 acima (“Data de Exercício da Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos”).

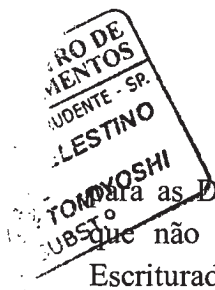
4.16.5. Caso haja o exercício da Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos pelos Debenturistas, a Emissora obriga-se a, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento dos recursos oriundos da respectiva alienação ou da Data de Exercício da Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos, o que ocorrer por último, adquirir as Debêntures dos Debenturistas que tiverem se manifestado, observado o disposto na Cláusula 4.16.2 acima e os procedimentos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Administração de Contas (conforme abaixo definido).

4.16.6. A aquisição das Debêntures, na forma deste item, será efetuada pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da data do último pagamento de juros, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, pela Emissora, dos Debenturistas que tiverem exercido sua opção de venda das Debêntures de que forem titulares, sem incidência de qualquer prêmio, observados os prazos mínimos previstos em lei.

4.16.7. As Debêntures adquiridas pela Emissora em decorrência do exercício da Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos deverão ser canceladas.

#### **4.17. Local de Pagamento**

4.17.1. Observado o previsto na Cláusula 4.15 desta Escritura, os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP,



para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) para as Debêntures que não estiverem custodiadas na CETIP, (a) por meio do Banco Liquidante e do Escriurador ou (b) subsidiariamente, na sede da Emissora.

#### **4.18. Imunidade dos Debenturistas**

4.18.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriurador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Liquidante e Escriurador, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.18.2. O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos da Cláusula 4.18.1. acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito ao Banco Liquidante e ao Escriurador, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriurador ou pela Emissora.

#### **4.19. Prorrogação dos Prazos**

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidirem com sábado, domingo, feriado nacional ou dias em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, em virtude de lei ou ordem executiva, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

#### **4.20. Encargos Moratórios**

4.20.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à



Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, devidamente atualizados da Remuneração, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre os valores devidos e não pagos, estes calculados *pro rata temporis*, ambos calculados pelo Agente Fiduciário (“Encargos Moratórios”).

#### **4.21. Decadência de Direitos aos Acréscimos**

4.21.1. Sem prejuízo do previsto na Cláusula 4.15. e 4.16., o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou Encargos Moratórios, se houver, no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou data do pagamento constante do comunicado publicado pela Emissora.

#### **4.22. Publicidade**

4.22.1. Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões que vierem a envolver os interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente publicados e comunicados, na forma de avisos, nos Jornais de Publicação da Companhia e disponibilizados na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet (<http://www.band.uol.com.br/investor/>), na área com acesso restrito a investidores, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais. A Emissora poderá alterar os jornais de publicação por outro jornal de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, observado sempre os prazos legais.

#### **4.23. Repactuação**

4.23.1. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação, exceto se aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas nos termos desta Escritura.



#### Aquisição Facultativa

4.24.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir as Debêntures em circulação: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, desde que observe as regras expedidas pela CVM, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

#### 4.25. Garantias

4.25.1. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principais ou acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora no âmbito desta Escritura, especialmente o pagamento integral e pontual das Debêntures, do Valor da Oferta, acrescido da Remuneração das Debêntures, Encargos Moratórios, juros compensatórios e moratórios, comissões, multas, tributos, tarifas, outros encargos, judiciais ou não, honorários advocatícios e outras despesas, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e da excussão de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos aos titulares das Debêntures (“Obrigações Garantidas”), as Debêntures contarão com as seguintes garantias (quando consideradas em conjunto, “Garantias”):

(A) garantia fidejussória prestada por cada uma das Fiadoras, por meio da qual estas obrigam-se, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, em especial do disposto na Cláusula 4.26 abaixo; e

(B) pelas garantias reais descritas na Cláusula 4.27 abaixo.

4.25.2. As Garantias poderão ser substituídas, desde que (i) o novo fiador possua a mesma capacidade de crédito do Fiador a ser substituído ou (ii) o novo bem a ser dado em garantia



seu liquidez e valor de liquidação, em um cenário de venda a mercado, equivalente ao bem a ser substituído, ou, ainda, (iii) por outra garantia cuja liquidez e valor sejam satisfatórios aos Debenturistas, em qualquer dos casos retro, desde que aprovado por Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para tal fim, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (“Substituição das Garantias”).

4.25.3. As Partes estabelecem que, na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial realizada pela Emissora ou, também, pelo exercício da Opção de Venda ou da Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos pelos Debenturistas, que resulte em um saldo total do Valor Nominal Unitário das Debêntures igual ou inferior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), as garantias representadas pela Alienação Fiduciária de Ações do Metro e pela Alienação Fiduciária de Ações da Rede 21 deverão ser liberadas (“Liberação das Alienações Fiduciárias de Ações”).

4.25.4. A Substituição das Garantias e a Liberação das Alienações Fiduciárias de Ações só ocorrerão se, na data da efetiva substituição ou liberação: (i) a Emissora e as Fiadoras estiverem adimplentes com todos os termos e condições desta Escritura e dos Contratos de Garantia, independentemente de estar em curso um período de cura para a respectiva obrigação; ou (ii) não estiver em curso um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 5.1 abaixo). A Emissora deverá apresentar declaração ao Agente Fiduciário, quando da Substituição das Garantias e/ou da Liberação das Alienações Fiduciárias de Ações, atestando que não ocorreu ou está ocorrendo um Evento de Inadimplemento e que não está em descumprimento de nenhuma obrigação prevista nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia.

4.25.4.1. O Agente Fiduciário, desde que integralmente atendidas as condições das Cláusulas 4.25.3 e 4.25.4 acima, deverá celebrar todos os documentos necessários (conforme aplicável) para realizar a Substituição das Garantias ou Liberação das Alienações Fiduciárias de Ações, conforme o caso, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação da Emissora, que somente poderá ocorrer após (i) a deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas aprovando a Substituição das Garantias; ou (ii) a efetivação, pela Emissora, da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, da Opção de Venda ou da Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos pelos Debenturistas, conforme o caso, e o efetivo recebimento dos respectivos recursos pelos Debenturistas.

4.25.4.2. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes necessários, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora, como seu



...ante procurador, promover os registros e averbações dos Contratos de Garantia, caso a Emissora não o faça nos termos da Cláusula 2.6.1. acima, às expensas desta, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), conforme previsto nos Contratos de Garantia, sem prejuízo da configuração do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora.

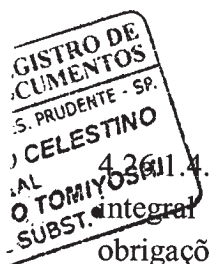
#### **4.26. Garantia Fidejussória**

##### **4.26.1. Fiança às obrigações das Debêntures**

4.26.1.1. Observado o disposto nesta Cláusula 4.26, as Fiadoras, neste ato, obrigam-se, solidariamente com a Emissora e entre si, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores, renunciando expressamente aos benefícios e direitos descritos na Cláusula 4.26.3 abaixo, responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração incidente sobre as Debêntures, dos Encargos Moratórios devidos pela Emissora e do Prêmio de Resgate Antecipado, nos termos das Debêntures e desta Escritura, bem como de todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário, pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários ao exercício de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura, nos termos do artigo 822 do Código Civil (“Fianças” e “Valor Garantido”, respectivamente).

4.26.1.2. As Fiadoras obrigam-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Fiadoras informando a falta de pagamento pela Emissora, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelas Fiadoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

4.26.1.3. As Fiadoras expressamente renunciaram aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza e demais direitos previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e alterações posteriores (“Código de Processo Civil”).



Caso a presente Fiança seja executada parcialmente ou sua execução não for suficiente para honrar o pagamento, aos Debenturistas, de todas as obrigações, encargos e despesas assumidos pela Emissora nesta Escritura, as Fiadoras não terão qualquer direito, pretensão ou ação contra a Emissora e/ou o Agente Fiduciário visando reaver destes qualquer valor pago a título de liquidação das obrigações desta Escritura, não se sub-rogando, portanto, nos direitos de crédito correspondentes às obrigações desta Escritura, observado o disposto na Cláusula 4.26.5. abaixo. As Fiadoras reconhecem, portanto, observado o disposto na Cláusula 4.26.5. abaixo, que (i) não terão qualquer pretensão ou ação contra a Emissora; e (ii) referida ausência de sub-rogação não implica ou implicará em enriquecimento sem causa da Emissora e/ou do Agente Fiduciário, haja vista que (a) as Fiadoras Pessoas Jurídicas são beneficiários indiretos das Obrigações Garantidas; e (b) Emissora é devedora principal das obrigações desta Escritura.

4.26.1.5. As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar a Fiança objeto deste item 4.26, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada pelo respectivo Fiador, observado, entretanto, que as Fiadoras desde já concordam e se obrigam a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por eles honrado nos termos da Fiança somente e exclusivamente após a quitação integral da totalidade das obrigações, encargos e despesas assumidas pela Emissora e recebimento, pelos Debenturistas, de todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia.

4.26.1.6. As Fianças entrarão em vigor na Data de Emissão, permanecendo válidas em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento integral do Valor Garantido, inclusive nos casos de prorrogação da Data de Vencimento.

4.26.1.7. As Fiadoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

4.26.1.8. As Fianças poderão ser executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias, até a integral e efetiva liquidação do Valor Garantido.

4.26.1.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade

PRO DE  
MENTOS  
ALUENTE - SP.  
ELESTINO  
TOMIYOSHI  
SUBST.º  
aqui prevista.

4.26.1.10. As presentes Fianças extinguir-se-ão automaticamente com o total e final adimplemento válido e eficaz do Valor Garantido.

4.26.1.11. Os cônjuges de cada Fiador, casados sob o regime de comunhão de bens, neste ato comparecem, por si ou através de seus procuradores devidamente constituídos, e declaram, para fins do disposto no art. 1.647, III, do Código Civil, que reciprocamente autorizam a prestação das respectivas fianças, nos termos desta Escritura.

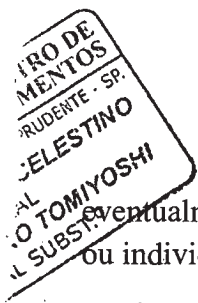
4.26.1.12. As Partes acordam que as Fianças aqui prestadas poderão ser executadas contra todos os Fiadores, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito dos Debenturistas.

4.26.1.13. A Emissora e/ou as Fiadoras obrigam-se a providenciar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, a celebração de aditamento à esta Escritura de forma que qualquer sociedade (existente ou que venha a ser criada), que atue no setor de mídia (incluindo, mas não se limitando, a rádio, televisão, imprensa escrita e mídia exterior), em que a Emissora e/ou as Fiadoras venham a deter participação societária que represente, direta ou indiretamente, 95% (noventa e cinco por cento) de seu capital social, passe a integrar a presente Escritura, como fiadora, nos mesmos termos e condições da Fiança prevista nesta Cláusula 4.26, sob pena de, em não o fazendo, incorrer no Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) de que trata o item (jj) da Cláusula 5.1 abaixo.

#### **4.26.2. Fiança às obrigações de indenização do Contrato de Distribuição**

4.26.2.1. Nos termos dos artigos 436 e seguintes do Código Civil, e conforme previsto no Contrato de Distribuição, as Fiadoras, neste ato, obrigam-se, solidariamente com a Emissora e entre si, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Coordenadores, como fiadores, principais pagadores, renunciando expressamente aos benefícios e direitos descritos na Cláusula 4.26.1.3 acima, responsáveis por todas as obrigações da Emissora assumidas na Cláusula X do Contrato de Distribuição. Neste caso, as Fiadoras obrigam-se a honrar a fiança prevista nesta Cláusula e realizar os respectivos pagamentos aos Coordenadores no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada por qualquer um dos Coordenadores às Fiadoras informando a falta de pagamento pela Emissora.

4.26.2.2. A fiança descrita na Cláusula 4.26.2.1 acima será verificada e,



eventualmente, executada única e exclusivamente pelos Coordenadores, de forma conjunta ou individualmente.

4.26.2.3. O artigo 438 do Código Civil não se aplica a essa Cláusula 4.26.2.

#### **4.27. Garantias Reais**

4.27.1. As Debêntures também serão garantidas pelas seguintes garantias reais:

(A) alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Rede 21, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens patrimoniais que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, rendimentos, direitos patrimoniais, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma distribuídos ou que vierem a ser distribuídos pela Rede 21 mediante permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das ações da Rede 21, bem como quaisquer bens ou títulos nos quais as ações alienadas fiduciariamente sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos, títulos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas aos acionistas da Rede 21, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações alienadas fiduciariamente, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Rede 21 e de titularidade dos acionistas da Rede 21, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações alienadas fiduciariamente, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Rede 21, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência das ações alienadas fiduciariamente, nos termos a serem estabelecidos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Rede 21 ("Alienação Fiduciária de Ações da Rede 21");

(B) alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social do Metro detidas pela Letras Editora e Participações S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 337, 9º andar, salas 907/908, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.727.338/0001-99 ("Letras"), representativas, nesta data, de aproximadamente 70,02% (setenta e dois centésimos por cento) do capital social total e votante do Metro, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens patrimoniais que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, rendimentos, direitos patrimoniais, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma distribuídos ou que vierem a ser distribuídos



Pelo Metro mediante permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das ações do Metro, bem como quaisquer bens ou títulos nos quais as ações alienadas fiduciariamente sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos, títulos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Letras, na qualidade de acionista do Metro, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista que venha a substituir, a qualquer tempo, a Letras, por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações alienadas fiduciariamente, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão do Metro e de titularidade da Letras, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações alienadas fiduciariamente, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo o Metro, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência das ações alienadas fiduciariamente, nos termos a serem estabelecidos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações do Metro (“Alienação Fiduciária de Ações do Metro”);

(C) cessão fiduciária (i) dos recebíveis da Emissora e, a critério da Emissora em conjunto com as respectivas Fiadoras Pessoas Jurídicas, com exceção da Band International e Yellow-Green (observado as condições suspensivas definidas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Administração de Contas, conforme aplicáveis), dos recebíveis das Fiadoras Pessoas Jurídicas, com exceção da Band International e Yellow-Green, decorrentes de boletos emitidos pela Emissora e pelas respectivas Fiadoras Pessoas Jurídicas, excetuadas a Band International e Yellow-Green, para faturamento contra seus clientes, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança firmado com o Banco Depositário, conforme aditado, os quais deverão ser sempre pagos nas Contas Centralizadoras (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Administração de Contas); e (ii) das seguintes contas vinculadas de titularidade da Emissora e de Fiadoras Pessoas Jurídicas, com exceção da Band International e Yellow-Green, conforme aplicável (a) Contas Centralizadoras, (b) Conta Reserva, (c) Conta Vinculada – Alienação de Ativos e Indenização de Seguros e (d) Conta Vinculada de Alienação Fiduciária dos Imóveis (conforme abaixo definidas) e de todos os valores depositados ou a serem depositados e mantidos, a qualquer tempo, em referidas contas (“Direitos Cedidos”), nos termos e condições previstos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Administração de Contas; e

(D) alienação fiduciária de bens imóveis de propriedade das seguintes sociedades: Aricanduva S.A., Band Bahia, Companhia, Portovisão, PRC - Produtora Regional de Comunicação Ltda., Primeiramão Divulgações Empresariais Ltda., Band Campinas,



Bandnews São José do Rio Preto Radiodifusão S.A., Bauru Rádio, Band PP, Band Taubaté e Band Rio (em conjunto, "Outorgantes das Aliações Fiduciárias de Imóveis"), nos termos a serem previstos nos respectivos contratos de alienação fiduciária de imóveis, cujos principais termos e condições encontram-se substancialmente dispostos no modelo anexo (Anexo I) a presente Escritura, por meio dos quais as Outorgantes das Aliações Fiduciárias dos Imóveis alienarão e transferirão a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos imóveis descritos no Anexo III a presente Escritura, em valor equivalente, no mínimo, a R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais), em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, em garantia das Obrigações Garantidas (quando em conjunto, as "Aliações Fiduciárias de Imóveis").

4.27.2. Observado o previsto na Cláusula 4.11.3 acima e nos respectivos Contratos de Garantia, na Data de Integralização serão transferidos para conta vinculada de reserva de pagamento das Debêntures de titularidade da Emissora ("Conta Reserva") (conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Administração de Contas) recursos da Emissão em montante equivalente à Remuneração estimada a ser paga nas 2 (duas) próximas Datas de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, calculada desde a Data de Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a Data de Pagamento da Remuneração subsequente das Debêntures ("Reserva do Serviço da Dívida"). O valor da Reserva do Serviço da Dívida será ajustado trimestralmente, sempre considerando o valor estimado da Remuneração a ser pago nas 2 (duas) próximas Datas de Pagamento de Remuneração, calculada desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior até a segunda Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures subsequente, observado o disposto na Cláusula 4.9.1. desta Escritura.

4.27.3. Para fins do cálculo do valor estimado da Remuneração a ser paga nas próximas Datas de Pagamento de Remuneração, será utilizado a última Taxa DI disponível.

4.27.4. A movimentação da Conta Reserva ocorrerá exclusivamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Administração de Contas. Em qualquer caso, a Emissora deverá obter a anuência prévia e expressa de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, para qualquer modificação de movimentação da Conta Reserva que não esteja expressamente prevista no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Administração de Contas.

## CLÁUSULA V



### VENCIMENTO ANTECIPADO

51. Respeitado o disposto nas Cláusulas 5.2 e 5.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, imediatamente ao tomar ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação pecuniária que venham a ser devidos pela Emissora nos termos desta Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, não sanado em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a obrigação se tornou devida;
- (b) inadimplemento (i) pela Emissora ou pelas Fiadoras de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura, especialmente aquelas da Cláusula 6.1. abaixo, ou (ii) pela Emissora ou pelas Fiadoras ou pelas Intervenientes de qualquer obrigação não pecuniária prevista nos Contratos de Garantia, em ambas as hipóteses, se não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do recebimento pela Emissora da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário (exceto nos casos com prazo de cura específico), quando aplicável;
- (c) na hipótese de decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e/ou no exterior, instrumentos derivativos e outras operações financeiras similares) ou de mercado de capitais contratada pela Emissora, pelas Fiadoras Pessoas Jurídicas, por quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu respectivo controle societário ou pelo Metro;
- (d) descumprimento pela Emissora, pelas Fiadoras Pessoas Jurídicas, por quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu respectivo controle societário ou pelo Metro de qualquer obrigação (pecuniária ou não) no âmbito de qualquer operação financeira (empréstimos locais e/ou no exterior, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratada por tal



sociedade, em quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o seu equivalente em outra moeda;

- (e) inadimplemento pela Emissora, pelas Fiadoras Pessoas Jurídicas, por quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu respectivo controle societário ou pelo Metro de qualquer obrigação de pagamento de quantia igual ou superior, individual ou agregado (considerado isoladamente em relação à cada sociedade), a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, em qualquer acordo ou contrato do qual tal sociedade seja parte, na qualidade de devedora, inclusive relacionados a fornecedores ou prestadores de serviço de tal sociedade, exceto se (i) tal sociedade estiver, na data do respectivo inadimplemento, negociando de boa-fé com tal fornecedor ou contraparte; e, cumulativamente, (ii) a respectiva cobrança esteja com seus efeitos suspensos;
- (f) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora, pelas Fiadoras ou pelas Intervenientes nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia provarem-se falsas, incorretas, incompletas, inconsistentes ou enganosas;
- (g) aprovação de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Emissora e/ou das Fiadoras Pessoas Jurídicas ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu controle societário, por outra sociedade ou, ainda, qualquer forma de reorganização societária da Emissora, das Fiadoras Pessoas Jurídicas ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu controle societário ("Reorganização Societária"), sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto se tal operação de Reorganização Societária: (g.1.i) for realizada no âmbito de uma Alienação de Ativos nos termos previstos na Cláusula 4.16 e subcláusulas acima (sendo certo, neste caso, que somente poderá ser consumada tal Reorganização Societária após o recebimento, pelos Debenturistas, dos pagamentos decorrentes do exercício da respectiva Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos); ou (g.1.ii) envolver as Fiadoras Pessoas Jurídicas ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu controle societário e ocorrer exclusivamente e apenas entre as empresas da Rede Bandeirantes; ou (g.1.iii) a participação societária final em tais sociedades objeto da Reorganização Societária seja mantida apenas entre os Fiadores Pessoas Físicas ou a eles transferidas; e desde que, nas hipóteses contempladas nos itens (g.1.ii) e (g.1.iii), as sociedades resultantes sejam solidárias na Fiança prevista na Cláusula 4.26 desta Escritura, por meio de celebração de aditamento a esta Escritura;

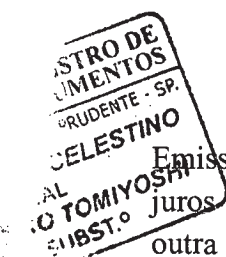


- se houver qualquer alteração, direta ou indireta, do controle societário (conforme definido nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, inclusive por meio de Reorganização Societária, sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se tal alteração de controle (i) ocorrer entre os Fiadores Pessoas Físicas, inclusive por sucessão hereditária de seus respectivos herdeiros; ou (ii) por sucessão dos espólios de João Jorge Saad e Maria Helena Mendes de Barros Saad, e em qualquer caso sem a possibilidade de renúncia em benefício de terceiro;
- (i) se houver qualquer alteração, direta ou indireta, do controle societário (conforme definido nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) das Fiadoras Pessoas Jurídicas ou de suas respectivas controladas, inclusive por meio de Reorganização Societária, em qualquer caso sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto no caso de (i) alteração, direta ou indireta, de controle societário das Fiadoras Pessoas Jurídicas ou de suas respectivas controladas entre os Fiadores Pessoas Físicas, inclusive por sucessão hereditária de seus respectivos herdeiros ou por sucessão dos espólios de João Jorge Saad e Maria Helena Mendes de Barros Saad; ou (ii) transferência de controle societário decorrente da Alienação de Ativos nos termos previstos na Cláusula 4.16 e subcláusulas acima;
- (j) redução de capital social da Emissora ou das Fiadoras Pessoas Jurídicas, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) se previamente autorizado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (k) protesto de título(s) de responsabilidade ou coobrigação da Emissora, das Fiadoras Pessoas Jurídicas, de quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu controle societário ou do Metro, cujo valor, individual ou agregado (considerado isoladamente em relação à cada sociedade), seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto se (a) no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja comprovado que tal protesto foi efetuado por erro ou má-fé; ou (b) no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência do referido protesto, seja comprovado que o protesto foi cancelado, susinado ou suspenso ou for prestada garantia em juízo no valor do protesto;



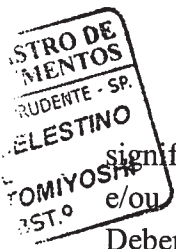
não pagamento, no prazo indicado na referida decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva contra a Emissora, as Fiadoras Pessoas Jurídicas, quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu controle societário ou o Metro, em montante superior, individual ou agregado (considerado isoladamente em relação à cada sociedade), a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

- (m) se qualquer documento da Emissão, incluindo-se os Contratos de Garantia, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem cancelados, suspensos, revogados, rescindidos, se tornarem nulos, ou sejam questionados judicialmente por qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pelos Fiadores Pessoas Físicas (incluindo mas não se limitando à Emissora e às Fiadoras Pessoa Jurídica), de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão ou de suas garantias, e tal efeito não puder ser sanado;
- (n) se a Emissora, as Fiadoras Pessoas Jurídicas ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao controle societário da Emissora e/ou das Fiadoras Pessoas Jurídicas: (i) solicitarem moratória; (ii) solicitarem suspensão geral do pagamento e/ou reestruturação de parte substancial de suas dívidas; (iii) tornarem-se insolventes, requererem recuperação judicial, extrajudicial ou falência; ou (iv) se a Emissora ou as Fiadoras Pessoas Jurídicas tiverem sua falência decretada e/ou requerida por terceiros, exceto, no caso de requerimento da falência, se a falência for elidida em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de ciência da respectiva sociedade sobre o pedido de falência formulado por terceiro;
- (o) caso a Emissora ou as Fiadoras Pessoas Jurídicas vierem a cessar suas atividades empresariais ou a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;
- (p) caso ocorra a transformação da Emissora e/ou das Fiadoras Pessoas Jurídicas, conforme aplicável, em sociedade de responsabilidade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (q) (i) caso a Emissora ou as Fiadoras estejam inadimplentes com qualquer obrigação (pecuniária ou não) desta Escritura; ou (ii) caso qualquer sociedade integrante da Rede Bandeirantes esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária de qualquer outro financiamento ou valor mobiliário que por ventura sejam signatárias ou emissoras (conforme o caso); e (iii) cumulativamente com o item (i) ou (ii) a



Emissora ou as Fiadoras Pessoas Jurídicas realizem o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas (“Distribuições de Capital”), incluindo mútuos concedidos pela Emissora e/ou pelas Fiadoras Pessoas Jurídicas, durante o prazo de vigência das Debêntures, exceto no que se refere às Distribuições de Capital realizadas pela Band Bahia, conforme exigência legal nesse sentido;

- (r) caso a Emissora ou as Fiadoras Pessoas Jurídicas realizem Distribuições de Capital, durante o prazo de vigência das Debêntures, em montante superior a 25% (vinte e cinco por cento) do seu lucro líquido, conforme apurado no último exercício social da Emissora e dos Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme o caso. Não obstante o aqui disposto, (i) qualquer sociedade poderá realizar Distribuições de Capital à Emissora ou a qualquer Fiadora Pessoa Jurídica acima de tal limite; e (ii) o valor total das Distribuições de Capital realizados pela Rede Bandeirantes aos Fiadores Pessoas Físicas em cada exercício social não poderá ser superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido combinado da Rede Bandeirantes;
- (s) caso os Contratos de Garantia e seus eventuais aditamentos não sejam registrados nos prazos previstos nos Contratos de Garantia ou caso as Garantias previstas nesta Escritura não sejam devidamente constituídas ou venham a se tornar ineficazes ou inexecutáveis, desde que tal ocorrência não seja sanada pela Emissora dentro prazo específico previsto nos Contratos de Garantia;
- (t) não utilização pela Emissora dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da sua destinação, conforme previsto na Cláusula 3.2 acima;
- (u) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pelas Fiadoras das obrigações assumidas nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (v) alteração do objeto social da Emissora ou das Fiadoras Pessoas Jurídicas que resulte: (i) alteração relevante no setor de atuação; ou (ii) agregar às suas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios relevantes e



significativos em relação às atividades atualmente desenvolvidas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras Pessoas Jurídicas, sem a prévia e expressa anuência de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;

- (w) sequestro, arresto, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou ativos da Emissora ou das Fiadoras Pessoas Jurídicas, em montante superior, individual ou agregado (considerado isoladamente em relação à cada sociedade), a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), desde que a Emissora e/ou as Fiadoras Pessoas Jurídicas não obtenham a suspensão de seus efeitos no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data em que for prolatada a decisão que determinar o sequestro, arresto ou penhora;
- (x) cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, ou caso estas deixem de estar em vigor, para a condução das atividades de radiodifusão sonora e de imagem e de mídia exterior, necessárias para o regular exercício das atividades da Emissora e/ou das Fiadoras Pessoas Jurídicas e/ou de quaisquer de suas controladas, salvo se tal medida representar uma redução de receita anual em valor, individual ou conjunto, abaixo de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), conforme apurado nas demonstrações financeiras combinadas completas e auditadas da Emissora e das Fiadoras Pessoas Jurídicas relativas ao respectivo exercício;
- (y) se existir qualquer medida judicial ou administrativa que cause a interrupção, suspensão ou intervenção das atividades da Emissora, das Fiadoras Pessoas Jurídicas ou das sociedades por elas controladas por um período superior a 10 (dez) dias corridos contados do respectivo evento, conforme o caso;
- (z) se a Emissora ou as Fiadoras criarem, incorrerem, assumirem ou permitirem a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre ou com relação a qualquer dos ativos da Emissora ou das Fiadoras que sejam objeto de garantia nos termos desta Escritura e da Emissão, exceção feita aos ônus descritos no Anexo III e aos ônus criados pelos Contratos de Garantia, ou a serem dados em garantia no âmbito desta Escritura e da Emissão;
- (aa) sequestro, arresto, penhora ou qualquer medida judicial constritiva sobre quaisquer ativos que sejam objeto de garantia nos termos desta Escritura, desde que não



questionado no prazo de 5 (cinco) dias corridos e plenamente sanado, de forma a reestabelecer a garantia em todos seus efeitos, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do conhecimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme o caso, do sequestro, arresto, penhora ou da medida judicial;

- (bb) descumprimento dos seguintes índices e limites financeiros (“Índices Financeiros”), que serão acompanhados pelo Agente Fiduciário (1) anualmente, com base nas informações financeiras combinadas anuais auditadas da Rede Bandeirantes (“Informações Financeiras Combinadas Anuais”), observado que as verificações referentes ao exercício social anterior deverão ocorrer sempre até o dia 30 do mês de abril de cada ano, sendo que a primeira medição deverá ser realizada com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; e (2) trimestralmente, para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada exercício social, com base no Formulário de Informações Trimestrais Gerenciais da Rede Bandeirantes (conforme definido abaixo), observado que as verificações referentes ao trimestre anterior deverão ocorrer sempre em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da apresentação de cada Formulário de Informações Trimestrais Gerenciais pela Emissora:

- (i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não poderá ser superior a;

Exercício Social ou Trimestre	Índice
Cada um (i) dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016 (inclusive); e (ii) dos trimestres findos em 31 de março de 2016, 30 de junho de 2016, 30 de setembro de 2016, 31 de março de 2017, 30 de junho de 2017 e 30 de setembro de 2017 (inclusive).	3,0 vezes
Demais (i) exercícios sociais, a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 (inclusive); e (ii) trimestres, a partir do trimestre findo em 31 de março de 2018 (inclusive).	2,5 vezes

e;



(ii) O índice obtido da divisão entre EBITDA pelo Resultado Financeiro (conforme definido abaixo) não poderá ser inferior a:

Exercício Social ou Trimestre	Índice
(i) exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 (inclusive); e (ii) cada um dos trimestres findos em 31 de março de 2016, 30 de junho de 2016 e 30 de setembro de 2016 (inclusive).	1,6 vezes
Demais exercícios sociais, a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 (inclusive); e (ii) trimestres, a partir do trimestre findo em 31 de março de 2017 (inclusive).	2,0 vezes

Onde:

“Dívida Bruta” significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoas físicas, jurídicas e/ou entidades governamentais, incluindo, mas não se limitando a, arrendamentos mercantis, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, avais, fianças e garantias fidejussórias prestadas a dívidas de terceiros, dividendos declarados e não pagos, saldos a pagar líquidos de saldos a receber decorrentes de derivativos, incluindo contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos, bem como operações de securitização e cessão de direitos creditórios de titularidade de uma pessoa conforme registradas no balanço de tal pessoa conforme os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

“Dívida Líquida” significa o montante de Dívida Bruta deduzido do saldo de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, exceto se em garantia a obrigações não financeiras.

“EBITDA” significa, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e em bases consolidadas, o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, outros tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização (excluindo-se a amortização de direitos de transmissão), e (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras. Para efeitos das apurações trimestrais dos



Índices Financeiros trimestrais, o EBITDA utilizado será o resultado acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

“Resultado Financeiro” significa (i) o somatório das despesas financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, não se considerando despesas financeiras relacionadas a variações cambiais e monetárias passivas e/ou realizadas para efeito de ajuste a valor presente - avp, descontado de (ii) o somatório de receitas financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo receitas de aplicações financeiras e excluindo as receitas financeiras oriundas de contratos de mútuos com partes relacionadas, não se considerando receitas financeiras relacionadas a variações cambiais e monetárias ativas e/ou realizadas para efeito de ajuste a valor presente – avp. Para efeitos das apurações trimestrais dos Índices Financeiros trimestrais, o Resultado Financeiro utilizado será o resultado acumulado dos últimos 12 (doze) meses.;

- (cc) realização de operações entre a Rede Bandeirantes e (i) outras sociedades integrantes das Sociedades dos Fiadores Pessoas Físicas ou (ii) qualquer acionista das Sociedades dos Fiadores Pessoas Físicas, ou aquisição, pela Rede Bandeirantes, de participação acionária em qualquer empresa ou sociedade, exceto: **(cc.i.)** (a) se o índice financeiro descrito no item (i) da alínea (bb) acima estiver abaixo de 1,5 vezes para o exercício social anterior; e (b) se o valor total da operação ou conjunto de operações não exceder R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); **(cc.ii)** (a) se o índice financeiro descrito no item (i) da alínea (bb) acima estiver abaixo de 2,5 vezes para o exercício social anterior; e (b) se o valor total da operação ou conjunto de operações não exceder R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) por ano; **(cc.iii)** (a) se o índice financeiro descrito no item (i) da alínea (bb) acima estiver entre 2,5 e 2,75 vezes para o exercício social anterior; e (b) se o valor total da operação ou conjunto de operações não exceder R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) por ano, e, em todos os casos, tal operação ou conjunto de operações forem realizadas em condições e preços de mercado; **(cc.iv)** as operações já realizadas antes da data de celebração desta Escritura; **(cc.v.)** aportes de capital em subsidiárias por meio de negociação de veiculação de mídia, sem fluxo financeiro; **(cc.vi)** operações que resultem em entrada de recursos em favor da Emissora e/ou das Fiadoras Pessoas Jurídicas, desde que tais operações da Emissora e/ou das Fiadoras sejam subordinadas às Debêntures; e **(cc.v)** por aquisições permitidas nos termos da Cláusula 5.1, itens (g), (h) e (i);



- caso (i) o Metro celebre qualquer operação financeira ou empréstimo que resulte em aumento de sua Dívida Bruta para valor superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou (ii) a Rede 21 celebre qualquer operação financeira ou empréstimo que (ii.a) resulte em aumento de sua Dívida Bruta para valor superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou (ii.b) faça com que a razão entre sua Dívida Líquida pelo seu EBITDA seja superior a 2,00x (dois inteiros) vezes;
- (ee) caso qualquer das Sociedades dos Fiadores Pessoas Físicas, a Emissora ou qualquer Fiadora ou qualquer de seus acionistas controladores alienem, onerem ou deem em garantia qualquer bem imóvel a qualquer credor da Rede Bandeirantes em relação a uma operação contratada por uma sociedade da Rede Bandeirantes até que imóveis listados no Anexo III, em valor equivalente a, no mínimo, R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais) estejam alienados fiduciariamente aos Debenturistas nos termos desta Escritura, exceto se tal bem imóvel já estiver onerado na presente data em razão de garantia constituída no âmbito de dívidas já existentes da Rede Bandeirantes ou em caso de refinanciamento da dívida garantida por tal imóvel;
- (ff) caso a Emissora descumpra o previsto na Cláusula 4.12.6 acima, com relação ao Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures;
- (gg) caso a Emissora não realize a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 4.13.6 acima;
- (hh) caso a Emissora não realize a aquisição das Debêntures, na forma prevista na Cláusula 4.14. acima;
- (ii) caso a Emissora não realize a aquisição das Debêntures, na forma prevista nas Cláusulas 4.15. e 4.16. acima;
- (jj) caso a Emissora descumpra as demais obrigações de que tratam as Cláusulas 4.15, 4.16 ou a Cláusula 4.26.13 acima;
- (kk) caso as Alienações Fiduciárias de Imóveis não sejam plenamente constituídas e formalizadas pela Emissora de forma que, em até 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão (“Prazo Inicial para Constituição das Alienações Fiduciárias de Imóveis”), o valor total dos imóveis alienados fiduciariamente (calculado com base no valor de mercado apurado em laudo anexo a cada um dos Contratos de



Alienação Fiduciária de Imóveis e indicado no Anexo III) atinja o montante mínimo agregado de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais);

- (II) caso as Aliações Fiduciárias de Imóveis, tendo atingido o montante total mencionado no item (kk) até o Prazo Inicial para Constituição das Aliações Fiduciárias de Imóveis, não sejam plenamente constituídas e formalizadas sobre outros imóveis listados no Anexo III à presente Escritura, em até 90 (noventa) dias adicionais contados do término do Prazo Inicial para Constituição das Aliações Fiduciárias de Imóveis, de forma que, ao término de tal prazo adicional de 90 (noventa) dias, o valor total das Aliações Fiduciárias de Imóveis em favor dos Debenturistas atinja o montante mínimo de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ("Montante Mínimo das Aliações Fiduciárias de Imóveis");
- (mm) caso as Aliações Fiduciárias de Imóveis, tendo atingido o Montante Mínimo das Aliações Fiduciárias de Imóveis no prazo disposto no item (II) acima, não sejam devida e legalmente constituídas e formalizadas pela Emissora em relação aos demais imóveis listados no Anexo III à presente Escritura, de forma a atingir Aliações Fiduciárias de Imóveis em valor equivalente a, no mínimo, R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais), com todos os seus efeitos, em até 1 (um) ano contado da Data de Emissão, observado o disposto na Cláusula 4.11.4 acima, de forma que ao final de tal período Aliações Fiduciárias de Imóveis possuam valor agregado de, no mínimo, R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais) passem a garantir as Obrigações Garantidas;
- (nn) realização, pela Rede Bandeirantes, de investimentos em bens de capital (*Capex*) em montante que exceda R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) dentro de um mesmo exercício social; e
- (oo) caso a Emissora não realize a publicação nos Jornais de Publicação da Companhia e disponibilize em sua página na rede mundial de computadores o aviso aos Debenturistas previsto na Cláusula 4.15.1.3 acima.

5.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados na Cláusula 5.1 acima (que não aqueles previstos nas alíneas (b), (f), (bb), (kk), (II) ou (mm) da referida Cláusula), desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência dos eventos citados anteriormente, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações



decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, inclusive por meio da execução das Garantias, uma vez observado o disposto nos Contratos de Garantia.

5.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (f), (bb), (kk), (ll) ou (mm) da Cláusula 5.1. acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que tomar ciência do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

5.1.3. Na Assembleia mencionada na Cláusula 5.1.2. acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula VIII desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item, deverá ser realizada no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

5.1.4. Na hipótese (i) de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima por falta de quorum, ou (ii) de não aprovado o exercício da faculdade prevista acima pelo quórum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

5.1.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou o seu saldo, conforme aplicável, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento de Encargos Moratórios.

5.1.6. Na hipótese de não aprovação, pela Assembleia Geral de Debenturistas, do exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.1.3. acima, o pagamento, em razão da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, deverá ser efetuado pela Emissora em até 2 (dois) Dias Úteis contados (i) do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 9.2 desta Escritura, ou por aviso de recebimento; ou (ii) da



data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, caso a Emissora tenha comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas.

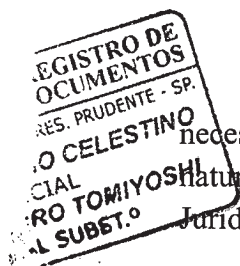
## CLÁUSULA VI

### COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

**6.1.** Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora e cada uma das Fiadoras, conforme aplicável, obriga-se, ainda, a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura;
- (b) notificar de forma expressa e inequívoca o Agente Fiduciário sobre todos e quaisquer atos e decisões que vierem a envolver os interesses dos Debenturistas em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência do respectivo ato e/ou decisão, conforme aplicável;
- (c) notificar de forma expressa e inequívoca ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial e arbitral definitiva que implique em condenação da Emissora, das Fiadoras Pessoas Jurídicas ou de suas respectivas controladas, à obrigação cujo cumprimento implique dispêndio igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele razoavelmente solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais a Emissora ou as Fiadoras Pessoas Jurídicas figurem como parte;
- (d) notificar de forma expressa e inequívoca ao Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos das obrigações que impliquem em vencimentos antecipado desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 5.1. acima;
- (e) encaminhar ao Agente Fiduciário e, exceto se de outra forma indicado abaixo, disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores:
  - (i) dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, informações razoáveis sobre a Emissora, as Fiadoras Pessoas Jurídicas ou de suas respectivas controladas, e seus ativos que o Agente Fiduciário requerer, sempre que tais informações sejam

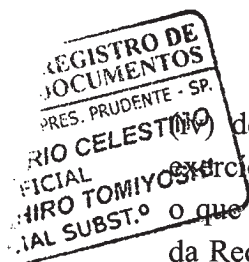
lll



necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora, para as Fiadoras Pessoas Jurídicas ou suas respectivas controladas;

(ii) dentro de, no máximo, 105 (cento e cinco) dias após o término de cada exercício social, ou em até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia das Informações Financeiras Combinadas Anuais relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração, do parecer de auditoria e das notas explicativas, bem como o relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cumprimento dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos referidos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes da Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários e de declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando (ii.1) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura, (ii.2) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora ou das Fiadoras perante os Debenturistas e (ii.3) que não foram praticados atos em desacordo com o seu estatuto social, sendo certo que tal declaração prescinde de disponibilização na página da Emissora na rede mundial de computadores. Para os fins deste item, as Informações Financeiras Combinadas Anuais não considerarão as demonstrações financeiras da Rádio Jornal de São Paulo e da Bauru Rádio Clube durante todo o período em que tais sociedades não apresentarem movimentação financeira;

(iii) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício acompanhada do relatório da administração, do parecer de auditoria e das notas explicativas, bem como de declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando: (iii.1) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura; (iii.2) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora ou das Fiadoras perante os Debenturistas; e (iii.3) que não foram praticados atos em desacordo com o seu estatuto social, sendo certo que tal declaração prescinde de disponibilização na página da Emissora na rede mundial de computadores;

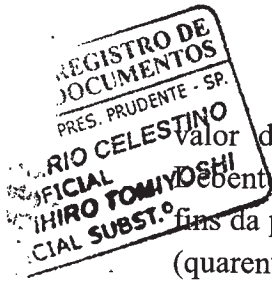


(iv) dentro de, no máximo, 105 (cento e cinco) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de demonstrações financeiras completas e auditadas da Rede 21 e do Metro relativas ao respectivo exercício acompanhada do relatório da administração, do parecer de auditoria e das notas explicativas. Caso as ações da Rede 21 e ou do Metro sejam vendidas a terceiros com a consequente ocorrência da Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos, nos termos da Cláusula 4.16 acima, a respectiva obrigação de divulgar as demonstrações financeiras aqui previstas deixarão de vigorar;

(v) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (vi.1) cópia do balanço patrimonial e demonstrações de resultados (este incluindo o EBITDA), não auditados e não revisados, da Emissora relativos ao respectivo período, (vi.2), bem como de declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando (A) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura, (B) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora ou das Fiadoras perante os Debenturistas e (vi.3) que não foram praticados atos em desacordo com o seu estatuto social, sendo certo que tal declaração prescinde de disponibilização na página da Emissora na rede mundial de computadores;

(vi) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de cada trimestre, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (a) cópia do balanço patrimonial e demonstrações de resultados (este incluindo o EBITDA), não auditados e não revisados, assinados por contador devidamente habilitado, da Rede 21, Metro, Band Rio, Band MG, Band Campinas, Portovisão e Band Bahia relativas ao respectivo período e (b) declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando (vii.1) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura, e (vii.2) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora ou das Fiadoras nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia, sendo certo que tal declaração prescinde de disponibilização na página da Emissora na rede mundial de computadores;

(vii) na periodicidade máxima de 2 (dois) anos contados a partir da presente data, laudo de reavaliação dos imóveis listados no Anexo IV com uma atualização do



valor de mercado estimado para os bens imóveis alienados em garantia aos debenturistas, nos termos dos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis. Para fins da presente Cláusula, a segunda reavaliação deverá ser disponibilizada entre 40 (quarenta) e até 42 (quarenta e dois) meses da presente data, não se alterando o compromisso referente às demais reavaliações;

(viii) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, ou pelas Fiadoras Pessoas Jurídicas ou suas respectivas controladas relacionada a um evento de inadimplemento que envolva obrigações de pagamento pela Emissora, pelas Fiadoras Pessoas Jurídicas ou suas respectivas controladas de valores, individuais ou agregados, iguais ou superiores à R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), dentro de 10 (dez) contados de seu recebimento, as quais prescindem de disponibilização na página da Emissora na rede mundial de computadores;

(ix) em até 3 (três) Dias Úteis, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 4.22, acima;

(x) avisos aos titulares das Debêntures, Fatos Relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que forem publicados (ou deveriam ter sido publicados) ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

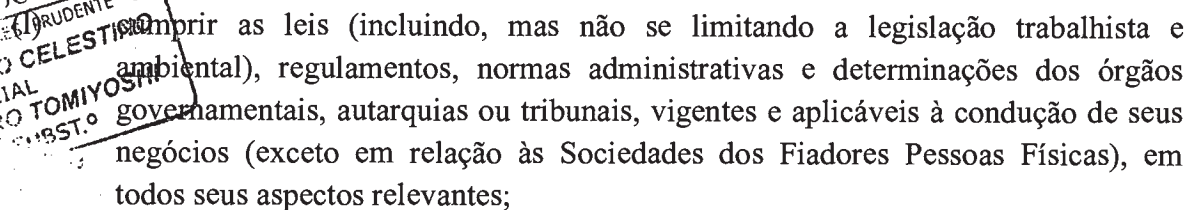
(xi) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”); e

(xii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, apresentar o formulário de informações trimestrais gerenciais da Rede Bandeirantes nos termos do modelo de formulário previsto no Anexo II à presente Escritura (“Formulário de Informações Trimestrais Gerenciais”), devidamente preenchido com as informações ali previstas de forma combinada para a Rede Bandeirantes (não auditadas e não revisadas por auditores independentes) e assinado por representantes legais da Emissora com poderes para tanto, atestando que tais informações são verdadeiras e corretas, acompanhado do relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Emissora, contendo



memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cumprimento dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos referidos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (f) convocar as Assembleias Gerais de Debenturistas, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (g) cumprir as determinações emanadas da CVM e da CETIP, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia, ou pela CETIP;
- (h) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, suas demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com os normativos emitidos pela CVM aplicáveis e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, a ser realizada por um dos Auditores Autorizados; (iii) divulgar tais demonstrações acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; e (iv) manter tais documentos em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos, nos termos da Instrução CVM 476;
- (i) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil;
- (j) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia;
- (k) os Fiadores Pessoas Físicas, na qualidade de acionistas das sociedades da Rede Bandeirantes, obrigam-se a tomar e praticar todas as medidas e providências necessárias para dar efeito ao disposto nos itens (q) e (r) da Cláusula 5.1 acima;

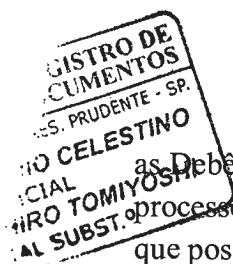


- al



Debêntures, devendo a Emissora enviar o relatório final de classificação de rating ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis após qualquer atualização que venha a ser efetuada pela agencia classificadora, sendo certo que o primeiro relatório de classificação de rating deverá ser enviado anteriormente à Data de Integralização;

- (s) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no MDA;
- (t) observar as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, com exceção de seu inciso III;
- (u) cumprir com todas as obrigações previstas na regulamentação aplicável, em especial aquelas dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (v) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP;
- (w) não transferir ou de qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros as obrigações assumidas nesta Escritura;
- (x) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário e previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis, devidamente comprovados, incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (y) enviar à CVM, ao Agente Fiduciário e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;
- (z) adotar todas as providências necessárias e comercialmente razoáveis para a defesa dos ativos onerados nos Contratos de Garantia, contra quaisquer procedimentos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos por terceiros;
- (aa) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das Debêntures, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre



as Debêntures e sua garantia, nos termos do Contrato de Garantia, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam afetar de maneira adversa as Debêntures;

- (bb) (i) observar os deveres de sigilo e as vedações à negociação previstos na Instrução CVM nº 358; e (ii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de Fato Relevante, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM nº 358 e da Instrução CVM 476;
- (cc) guardar e manter à disposição do Coordenador Líder, por 5 (cinco) anos contados da data de realização da Comunicação de Encerramento à CVM, toda a documentação relativa à Oferta, e apresentá-la ao Coordenador Líder, no prazo de até 05 Dias Úteis ou em tempo hábil suficiente para o cumprimento de prazo estipulado por ordem judicial, administrativa ou arbitral, sempre que assim solicitada;
- (dd) providenciar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, a celebração de aditamento à esta Escritura de forma que qualquer sociedade (existente ou que venha a ser criada), que atue no setor de mídia (incluindo, mas não se limitando, a rádio, televisão, imprensa escrita e mídia exterior), em que a Emissora e/ou as Fiadoras venham a deter participação societária que represente, direta ou indiretamente, 95% (noventa e cinco por cento) de seu capital social, passe (i) a integrar a presente Escritura, como fiadora, nos mesmos termos e condições da Fiança prevista na Cláusula 4.26 acima; e (ii) seja incluída nas Informações Financeiras Combinadas Anuais;
- (ee) providenciar, perante o Banco Liquidante e Escriturador, a formalização do registro das Debêntures em nome dos Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a subscrição e integralização das Debêntures;
- (ff) até a Data de Vencimento, observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, e por suas coligadas, controladas, Fiadores Pessoas Físicas e seus representantes na Rede Bandeirantes toda e qualquer disposição constante da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada ("Lei Anticorrupção"), bem como abster-se de praticar quaisquer das condutas indevidas definidas em tais atos normativos, devendo (i) manter políticas e procedimentos internos na Rede Bandeirantes que assegurem integral cumprimento da Lei Anticorrupção; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, relacionados à Rede Bandeirantes previamente ao início de sua atuação

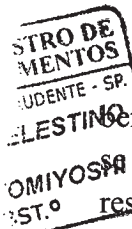


no âmbito da Oferta; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e

- (gg) exceto pelos ônus decorrentes das Garantias, liberar quaisquer outros ônus ou gravames que recaiam sobre os imóveis listados no Anexo III à presente Escritura em até 1 (um ano) contado da Data de Emissão, conforme necessário para constituir garantia, sob a forma de alienação fiduciária, sobre tais imóveis, em favor dos Debenturistas, nos termos dos itens (kk), (ll) e (mm) da Cláusula 5.1 acima. Caso a Emissora não consiga liberar tais ônus e constituir a alienação fiduciária sobre os imóveis nos termos ali previstos, deverá apresentar novas garantias a serem aceitas por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas.

**6.2.** Observada as demais obrigações previstas nesta Escritura, até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, as Fiadoras obrigam-se, ainda, conforme aplicável, a:

- (a) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil;
- (b) manter atualizados e em boa ordem seus livros e registros societários;
- (c) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia;
- (d) não praticar nenhum ato em desacordo com seu estatuto social, com esta Escritura e/ou com os Contratos de Garantia;
- (e) adotar todas as providências necessárias e comercialmente razoáveis para a defesa dos ativos onerados no Contrato de Garantia, contra quaisquer procedimentos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos por terceiros;
- (f) tomar todas as medidas para manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes,

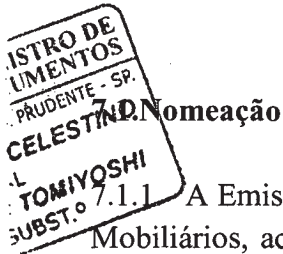


em como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para suas capacidades em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

- (g) em relação às Fiadoras Pessoas Jurídicas, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto em relação àqueles sujeitos a questionamentos de boa-fé nas esferas competentes;
- (h) até a Data de Vencimento, observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, e por suas coligadas, controladas, Fiadores Pessoas Físicas e seus representantes na Rede Bandeirantes toda e qualquer disposição constante da Lei Anticorrupção, bem como abster-se de praticar quaisquer das condutas indevidas, devendo (i) manter políticas e procedimentos internos na Rede Bandeirantes que assegurem integral cumprimento da Lei Anticorrupção; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, relacionados à Rede Bandeirantes previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e
- (i) não transferir ou de qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros as obrigações assumidas nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia.

**6.3.** A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

## CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO



A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

7.1.2. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM 28.

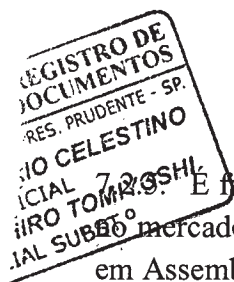
### 7.2. Substituição

7.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora e/ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.2.2. Se a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 7.2.1. acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que o escolher, observado o disposto na Cláusula 7.2.7. abaixo.

7.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.



É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

7.2.7. O Agente Fiduciário substituto, caso a Assembleia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria, fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, observado que (i) o eventual substituto não poderá receber remuneração superior ao seu antecessor, a não ser que aprovado pela Emissora; e (ii) a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário.

7.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser arquivado na JUCESP.

7.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

7.2.10. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora, como forma de remuneração pelos serviços a serem prestados pelo agente fiduciário substituto. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M - Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

7.2.11. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula deverá, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e



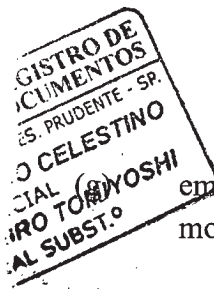
demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura.

7.2.12. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM, em especial a Instrução CVM nº 28.

### 7.3. Deveres e Atribuições

7.3.1. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o arquivamento desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, inconsistências ou inverdades constantes de tais informações;



emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) solicitar, à Emissora, de forma razoável e quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Varas do Trabalho e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora, às expensas da Emissora;
- (j) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, as Assembleias Gerais de Debenturistas, respeitando-se as regras relacionadas à convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, bem como à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, devendo ser a Emissora notificada desta convocação concomitantemente;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório citado nesta Cláusula, inclusive o organograma societário da Emissora que deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização legal à CVM pelo Agente Fiduciário:
  - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;